



No limite

Nova ação contra Custódio Mattos

LUIZ CARLOS DUARTE

• MP diz que prefeito quer se promover através de logomarcas oficiais e pede seu afastamento

Mais uma ação contra o prefeito Custódio Mattos foi emitida pelo Ministério Público Estadual (MPE) por improbidade administrativa, pedindo seu afastamento do cargo. O texto refere-se à utilização de logomarcas pela Administração Municipal, as quais não pertencem à simbologia oficial do município. Segundo o autor do documento, promotor Paulo César Ramalho, o pedido tem como fundamento o descumprimento de Lei Municipal e decisão judicial, além da promoção pessoal de Custódio.

A ação também solicita que o prefeito reponha o dano causado, além de ter direitos políticos suspensos por dez anos e ser proibido de contratar com o poder público pelo mesmo período. Prevê, ainda, que pague multa civil de duas vezes o valor do dano e multa de cem vezes o valor de seu salário.

Como explicou o promotor, em vez de utilizar o brasão da cidade em documentos, a PJJ usa logomarca com a expressão "Cidade de Juiz de Fora Prefeitura".



• Ramalho: afastamento por improbidade administrativa

Também vem desempenhando a campanha com o título "Nossa cidade, nossa casa", acompanhada, algumas vezes, de dizeres que nada têm a ver com a simbologia oficial.

Segundo Ramalho, duas recomendações foram enviadas ao Executivo desde junho, pedindo que a situação fosse regularizada. Na primeira, o MPE recebeu como resposta que as ações da PJJ não estavam irregulares. Na segunda, emitida em setembro, não houve retorno.

— Juiz de Fora possui legislação muito avançada em termos de propaganda institucional. Desde 1993, a cidade tem leis que vedam as logomarcas diversas à simbologia oficial — disse o pro-

motor, acrescentando que a mesma recomendação foi feita à Câmara, que acatou o pedido.

Ramalho lembrou que Custódio foi condenado por tal prática em sua primeira gestão, por meio de ação popular. O processo está, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça. Os ex-prefeitos Alberto Bejani e Tarcísio Delgado também passaram por situações semelhantes.

— Pode-se gastar até R\$ 15 milhões em publicidade. É muito dinheiro. Numa prestação de contas, o que importa é o conteúdo. Logomarca é desnecessária.

A ação foi encaminhada para a 1ª Vara da Fazenda Pública do Município e, segundo Ramalho, já foi despachada pelo juiz responsável.

CIDADE TEM CINCO MIL CÃES NAS RUAS

Juiz de Fora tem cerca de 5 mil cães abandonados ou perdidos nas ruas. De acordo com a veterinária responsável pelo Canil Municipal, Liza Helena Nery, o número já alcançou o que o Ministério da Saúde considera ser o limite em termos de animais soltos pelo município. Mas há esforços locais sendo feitos para que o registro citado diminua.

Está marcado para acontecer no próximo sábado, das 9h às 14h, na Praça dos Três Poderes, no Centro, feira destinada à adoção de animais recolhidos e tratados pelo próprio Canil Municipal. Ao longo de cinco horas, 20 cães vão estar sendo expostos para pessoas com intenções e condições de adotá-los.

— O objetivo principal é conscientizar a população sobre a posse responsável de ani-

mais. Quando uma pessoa se torna dona de um cachorro ela pode passar até 15 anos com ele, por isso é preciso ter condições de fornecer alimento, saúde e o que mais for necessário — lista a veterinária.

Segundo a médica, o Canil conta hoje com 450 cães, sendo que 150 estão disponíveis para adoção diariamente. Assim como será exigido durante a feira do próximo sábado, os documentos necessários para adoção são carteira de identidade e comprovante de residência.

— O interessado em levar o animal para casa assina dois termos: de adoção e de responsabilidade, se comprometendo a dar condições para que o cão viva bem — ressalta Liza. Nas duas outras oportunidades em que a feira ocorreu, 37 cães foram adotados.

Aposentados armam protesto

• Iniciativa acontece no dia 28, às 18h, no Calçadão da Rua Halfeld

bém será feita a coleta de assinaturas para abaixo-assinado que será enviado à Câmara dos Deputados, com objetivo de sensibilizar os parlamentares sobre a situação vivida pelos aposentados e pensionistas.

PERDAS SALARIAIS

— Todo ano, quando tem o aumento do salário mínimo, aposentados que ganham mais de um salário mínimo recebem percentual de aumento inferior. Por isso, quem se aposentou recebendo dez salários, hoje está recebendo só cinco. Isso acontece há mais de dez anos, e gostaríamos de recuperar essas perdas — explicou o presidente da associação, Geraldo Gonçalves.

Informações pelo telefone 3217-7548.

Prefeitura nega irregularidades

O procurador Geral do Município, Gustavo Henrique Leal Sant'Ana Vieira, disse, ontem, que o Executivo foi novamente pego de surpresa com a ação do MPE. Aguarda a notificação, para que sejam tomadas as devidas providências. Porém, adiantou que as irregularidades apontadas não existem.

— A Constituição Federal prevê que devem ser feitas publicidades sobre as ações do governo. É como uma prestação de contas. 'Nossa cidade, nossa casa' é um programa de choque que deve ser levado à população. Não há outra forma de mostrá-lo à sociedade — apontou.

Quanto às logomarcas utilizadas em documentos, Vieira alegou que é usada a bandeira da cidade, símbolo oficial. Segundo ele, escreveu-se

'Juiz de Fora' junto à imagem com a intenção de deixar claro tratar-se da cidade. Também afirmou que a segunda recomendação não foi respondida pelo fato de o MPE não ter dado tempo suficiente para isso.

— Por trás dessas imagens não há qualquer interesse em ligar os programas à imagem de gestor público. 'Nossa cidade, nossa casa' não é slogan da administração, e sim o nome do programa — ressaltou.

Vieira ponderou que é de chamar atenção o curto espaço de tempo em que o MPE vem emitindo ações contra a prefeitura e o prefeito, mas afirmou querer acreditar que não são ações deliberadas.

As 150 pessoas que compareceram à sede da Associação dos Aposentados e Pensionistas das Autarquias do Brasil (AAPAB), na segunda-feira, decidiram realizar manifestação contra as perdas salariais que a categoria vem acumulando nos últimos anos.

O protesto acontecerá no dia 28, às 18h, no Calçadão da Rua Halfeld, em frente ao Banco do Brasil. Na ocasião, será distribuída carta aberta à população, esclarecendo o porquê do movimento. Tam-